O AMAPÁ

24 de Setembro de 2024, ANO: XIX | EDIÇÃO: 1863 | FUNDADO EM: 2003


jornaloamapa

jornaloamapa (96) 99115-9464

Segunda à Sexta = R$ 5,00
Finais de Semana = R$ 8,00

TCE NA COMUNIDADE


Foto: Ascom/TCE Amapá

Tribunal de Contas do Estado firma parceria com diversas instituições para a realização da 7ª Edição do TCE na Comunidade. O projeto consiste em uma mega ação realizada em um município escolhido, desta vez será Tartarugalzinho, para receber uma gama de serviços públicos

Página 05


Foto: Israel Cardos/GEA

Página 06

GEA BENEFICIA PEQUENOS PRODUTORES DA PECUÁRIA


Foto: Ascom/MPAP

Página 02

CÓDIGO AMBIENTAL: ENCERRADA CONSULTA PÚBLICA

LEI QUE INCENTIVA A PRODUÇÃO DE COCO É SANCIONADA

Página 04



CURSO INTELIGÊNCIA POLICIAL INICIA COM 56 ALUNOS

Página 03


Foto: Divulgação

Página 04

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TJAP LANÇA CONCURSO





REFORMULAÇÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL

CONSULTA PÚBLICA ABERTA

O Governo do Estado encerra nesta terça-feira, 24, a consulta pública aberta à população para sugestões sobre a reformulação do novo Código Ambiental do Amapá, que se moderniza para atender as necessidades administrativas e os interesses da sociedade civil conforme a realidade de cada município.

Após uma série de audiências públicas realizadas para definir as novas diretrizes, o documento está disponível no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) para todos que queiram colaborar com sugestões.



No período de 10 de agosto a 24 de setembro, técnicos, consultores e a população opinaram por meio da escuta aberta
Texto: Alexandra Flexa / Foto: Nayana Magalhães/GEA

"Reunimos com os municípios em três ocasiões para debater sobre o assunto e esclarecer dúvidas, além de acolher sugestões de quem mora e conhece a realidade de cada região", pontuou o secretário adjunto da Sema, Cássio Lemos. Audiências públicas aconteceram no formato de escuta ativa para identificar soluções segundo as peculiaridades regionais do estado. O diálogo aberto com a sociedade é de suma importância para elaboração do novo código que integra o Plano de Governo, com a mobilização de debates e decisões participativas com a população que convive diretamente com o meio ambiente.

Os encontros coordenados pela Sema proporcionaram momentos de esclarecimento de dúvidas sobre as novas diretrizes e legislação. As reuniões foram realizadas em Laranjal do Jari, Amapá e Macapá.

Após encerramento do prazo de consulta, o texto passa por análise, ajuste e aprovação, para então receber uma manifestação da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

EXPEDIENTE



CNPJ: **22.209.187/0001-70**
Av. **Feliciano Coelho, nº 1630**
Bairro: **Trem | Macapá-AP**
Cep: **68.901-025**

www.jornaloamapa.com
oamapa@hotmail.com

> EDITOR GERAL Jorge Cesar
> DIAGRAMADOR Wellington Maximus
> JURÍDICO Dr. Ricardo Santos

Colaboradores: Bruno de Tarso/ Carol Lopes/ Profº Marcão/ Paulo Tarso/ Tica/ Prª Samara Matos/ José Pastana/ Keila Góes e Eline Moraes (**Os mesmos são responsáveis pelo conteúdo de suas colunas**)

II CURSO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA



Em sua segunda edição, conta com 56 alunos, divididos em diversas instituições de segurança

Texto e Foto: Dircom/Alap

A Assembleia Legislativa do Amapá (Alap) sediou, na manhã de ontem (23), abertura oficial do II Curso de Inteligência Policial (II CIP/2024), no auditório "João Queiroga". O curso destina-se ao ensino das diretrizes de inteligência. Em sua segunda edição, conta com 56 alunos, sendo 43 da Polícia Militar, um do Corpo de Bombeiros Militar, cinco da Polícia Civil, um da Polícia Federal, um da Polícia Rodoviária Federal, dois do ICMBio, um do Exército Brasileiro lotado no Pará e dois da Polícia Militar de Rondônia. A formação será realizada pela Polícia Militar do Amapá, sob a coordenação da Diretoria de Inteligência, contando com o fundamental apoio das instituições que integram o Sistema de Inteligência.

Curso

O curso será realizado com o apoio das instituições que integram o Sistema de Inteligência. A formação inclui módulos acadêmicos e técnicos, abrangendo 13 disciplinas, quatro debates e duas oficinas, totalizando uma carga horária de 100 horas-aula e uma duração prevista de 23 dias.

CONHECENDO O TRIBUNAL DO JÚRI

A segunda edição do projeto "Conhecendo o Tribunal do Júri" foi com alunos das 1ª e 2ª séries do ensino médio da Escola Gabriel de Almeida Café, onde o promotor de justiça Horácio Coutinho palestrou sobre a importância deste órgão do Poder Judiciário que julga crimes dolosos contra a vida. O promotor é titular da 1ª Promotoria de Justiça Criminal e Tribunal do Júri de Santana e coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO-Criminal).

O ciclo de palestras é uma iniciativa que faz parte das estratégias que está levando o Ministério Público do Amapá (MP-AP) para perto da população, e neste caso, o público alvo são alunos do ensino médio.

"O Conselho de Sentença representa a sociedade, é a oportunidade de ajudar a fazer justiça, porque ele é formado por sete jurados que atuam como juízes de fato quando o réu é levado ao Júri Popular. Além de responsabilidade cívica, quem faz parte deste conselho tem algumas vantagens em caso de concurso público, mas a pessoa deve tem um posicionamento idôneo e justo, para não cometer a injustiça, que a própria sociedade muitas vezes reclama", disse o promotor.



Alunos conheceram as dependências do Poder Legislativo

Texto: Everlando Mathias / Foto: Dircom/Alap

REMOÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS

PROVIMENTO DE CARGOS



Tjap publica edital do Concurso de Remoção de Servidores Efetivos para as Entrâncias Inicial e Final
Texto: Corregedoria do Tjap / Foto: Divulgação

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amapá, que tem como titular o desembargador Jayme Ferreira, publicou, na última quarta-feira (18), o Edital nº 0012/2024-CGJ, que trata do Concurso de Remoção de Servidores Efetivos lotados na Entrância Inicial para órgãos que integram as Entrâncias Inicial e Final. Essa fase antecede as nomeações dos candidatos aprovados e classificados no XIII Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça do Estado do Amapá, conforme previsto no item 2.6 do Edital Nº 01/2023.

Segundo as regras contidas no Edital, os servidores efetivos lotados nos órgãos da Entrância Inicial e aqueles que, oriundos das comarcas do Interior, estão lotados provisoriamente em órgãos da Entrância Final (comarcas de Macapá e Santana, e Tjap, podem concorrer às vagas ofertadas. O período de inscrição está fixado de 19 a 23/09/2024 e pode ser efetivada no link https://www.tjap.jus.br/portal/pagina-concursos/remocao.html

Ao efetivar o ato de inscrição, o candidato pode registrar três opções de vaga, sendo que a primeira é obrigatória e as demais facultativas.

Sancionada lei que incentiva produção de coco

A nova Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura (Lei 14.975, de 2024), sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, busca fortalecer a cadeia produtiva do coco no Brasil, com incentivos à produção, exportação e pesquisa tecnológica.

A lei prevê apoio a pequenos agricultores e à produção orgânica com a finalidade de ampliar a produção e o processamento do coco, estimular o consumo interno e as exportações, além de promover a articulação com outras políticas públicas para otimizar o desenvolvimento da cocoicultura.

A lei também busca reduzir perdas ao longo da cadeia produtiva, apoiar a produção orgânica e incentivar a diversificação do cultivo. Outro foco importante é a promoção de uma alimentação saudável e sustentável, por meio da popularização do consumo de coco in natura e seus derivados.

RETORNA PROJETO TCE NA COMUNIDADE

NA VEZ TARTARUGALZINHO



Presidente do TCE, conselheiro Regildo Salomão, apresentou o projeto aos representantes de diversas instituições parceiras

Texto: Jorge Cesar / Foto: Ascom/TCE Amapá

A 7ª edição do "TCE na Comunidade" vai acontecer no município de Tartarugalzinho, distante cerca de 230 quilômetros de Macapá, no período de 24 a 26 de outubro. O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Regildo Salomão, apresentou o projeto a diversas instituições que costumeiramente atuam como parceiros: Defensoria Pública do Amapá, Sicred, Detran, Tribunal de Justiça (Tjap), Controladoria-Geral, Sebrae, Centro de Referência em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Estado do Amapá (Cerpis), Marinha do Brasil.

As diversas instituições convidadas foram recebidas pelo Presidente do TCE-AP, Conselheiro Regildo Salomão, pelo Segundo Vice-Presidente, Conselheiro Paulo Martins, Conselheira Marília Góes e pelo Procurador Geral do Ministério Público de Contas, Antônio Clésio.

Outros parceiros devem aderir a mais um ano do projeto social que se tornou realidade graças a iniciativa do então presidente conselheiro Michel Houat Harb. A primeira versão aconteceu em agosto de 2019 e a última em outubro do ano passado, simultaneamente nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

A eficácia do projeto chamou a atenção de outras Cortes de Contas do país, que o aprovaram e decidiram copia-lo. É o caso, por exemplo, do TCE de Roraima, cujo presidente conselheiro Célio Rodrigues Wanderley, considerou como um instrumento transformador.

O TCE é um órgão fiscalizador, mas tem nos últimos anos se preocupado em capacitar os gestores dos municípios para que a empregabilidade dos recursos públicos aconteça de forma correta e mais célere na ponta, que são as pessoas que realmente precisam do serviço público. É nessa ocasião que entra o TCE na Comunidade, que para acontecer é necessário a elaboração de projetos e visitas técnicas.

O evento é composto por julgamento de pautas em sessão ordinária do Pleno, cursos, palestras e ação social. As capacitações terão foco em controle social e gestão pública para servidores e líderes comunitários. No último dia acontece a reunião técnica com membros do TCE, prefeitos, vereadores, gestores e representantes locais para a formulação de estratégias e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à resolução de desafios específicos. Na mesma ocasião acontece a parte mais esperada pela população: a grande ação social que disponibiliza diversos atendimentos na área da cidadania.

GEA: SEMANA NACIONAAAAL DE TRÂNSITO

DO SETOR DA PECUÁRIA



Serão beneficiados, pela primeira vez, dez criadores de Porto Grande com investimento de mais de R$ 260 mil

Texto: Weverton Façanha / Foto: Israel Cardos/GEA

O Governo do Estado assinou com a Associação dos Agricultores do Munguba, em Porto Grande, o termo de fomento voltado para ao setor da pecuária dentro da agricultura familiar. A atividade faz parte das ações do programa Amapá mais Produtivo, e pela primeira vez foi inserida nos arranjos da agricultura familiar.

O objetivo do programa, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), é fomentar a mão de obra agrícola, trazer inovação tecnológica para o meio rural e garantir a segurança alimentar, bem como gerar renda aos agricultores dos municípios do Amapá.

“Realizamos um momento impar dentro da agricultura familiar, que é promover e incentivar o pequeno produtor, aquele que já possui um rebanho de até dez animais, em investir mais. O programa vai colocar a estes produtores instalações zootécnicas, plantio de capim e adquirir seis matrizes para melhorar o rebanho”, informou o secretário da SDR, Rafael Martins.

Com o programa, o beneficiário, terá o investimento de R$ 260 mil, totalizando R$ 2,6 milhões, em todo o arranjo e atenderá dez produtores. O incentivo na pecuária tem a intenção de promover ao pequeno produtor auxiliou na criação de gado, produção de leite, carne e outros derivados.

“Essa ocasião para nós é muito diferente e importante. A pecuária é um arranjo que apresenta um custo elevado e muitos produtores não conseguem evoluir por falta de incentivo e recursos mesmo. Agora com esse programa poderemos melhorar nossa criação e obter mais renda”, destacou o presidente da Associação de Agricultores de Munguba, Raimundo Tavares.

Anteriormente, o programa Amapá mais Produtivo, já iniciou as assinaturas de termo com entidades das localidades de Tracajatuba 2 e Igarapé Amazonas, áreas rurais de Macapá. A ação em Porto Grande foi a primeira fora da capital.

Amapá mais Produtivo

O programa dedicado para a agricultura familiar e irá investir mais de R$ 32 milhões, no setor primário, atendendo 1.140 projetos agrícolas familiares. Os recursos são do tesouro estadual, através do Fundo de Desenvolvimento Rural (Frap).

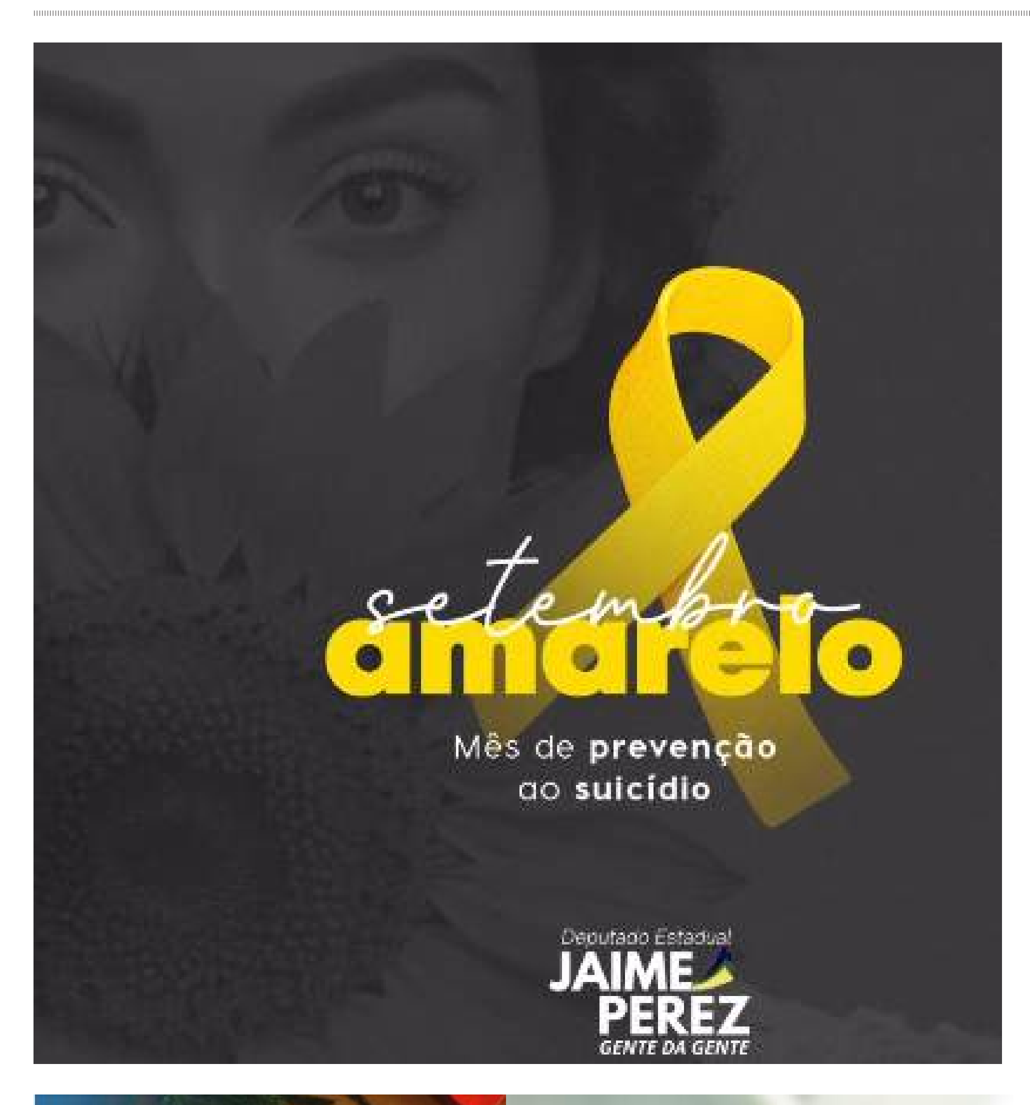
O Frap foi criado pela Lei Estadual Nº 0039, de 11 de dezembro de 1992. Tem por objetivo viabilizar o financiamento das atividades Agropecuárias, Extrativistas Vegetais, Agroindustriais e Pesca Artesanal, no âmbito do setor privado, ajudando a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amapá.



ESMALTERIA & BELEZA

AGENDAMENTOS:
(96) 99121-4727

Rua. Santos Dumont, nº 18 - Buritizal









VENDE-SE

APARTAMENTO

CONTATO:

99167-1326

Localizado na
Av. Pedro Wanderley Fernandes
Bairro: Jardim Felicidade 1

Publicações & Editais

EDITAL DE CONSTITUIÇÃO

A Comissão Organizadora responsável pela constituição da **COOPERATIVA DO RAMO AGROPECUÁRIO**, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pelo grupo mobilizado, resolve **CONVOCAR** todas as pessoas interessadas em constituir a **COOPERATIVA**, para reunirem-se em **Assembleia Geral de Constituição**, a ser realizada no dia **11 de Outubro de 2024 (Sexta-feira)** na Aldeia Kuahi, situada na BR 156, Km 21, CEP: 68.980-000, Município de Oiapoque, Estado do Amapá, às 09h00, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Deliberação sobre a aprovação da constituição da cooperativa;
2. Análise e aprovação do Estatuto Social;
3. Eleição e posse da Diretoria;
4. Eleição e posse do Conselho Fiscal.

Município de Oiapoque-AP, 23 de Setembro de 2024.

COMISSÃO:

JOSIELDO LABONTÊ ORLANDO
CPF: 997.508.212-20
COORDENADOR

VANDERSON NARCISO IAPARRÁ
CPF: 038.140.442-07
MEMBRO

DIMILSON IAPARRÁ IOIÓ
CPF: 029.453.022-33
MEMBRO